

## Associação Nacional de História – ANPUH

### XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

#### Índios nas páginas do *Progresso*: as representações da desnutrição indígena no periódico O Progresso, de Dourados, MS (Janeiro e Fevereiro de 2005)

Priscila Viudes\*

**Resumo:** Esse trabalho pretende discorrer sobre as representações da questão indígena, através da análise do material publicado em um dos principais periódicos de Mato Grosso do Sul, *O Progresso*, durante janeiro e fevereiro de 2005, período em que uma série de reportagens sobre a desnutrição indígena das aldeias do sul do Mato Grosso do Sul foi destaque na mídia. O periódico é editado em Dourados, MS e distribuído nos municípios da região. A relevância dessa proposta baseia-se no conceito de que, em geral, a sociedade se utiliza do que é veiculado na mídia para formular os seus conceitos e dialogar com os fatos cotidianos. O levantamento dos significados do discurso sobre a questão indígena pode revelar como a sociedade compreende o assunto. Esses fatores influenciam nas decisões políticas e sociais voltadas para as comunidades indígenas, localizadas, em geral, em áreas de conflitos de terras, como na região de Dourados.

**Palavras-chave:** desnutrição, imprensa, questão indígena

**Abstract:** This work intends to discourse on indigenous social representations by the analysis of the material published about the theme in one of the main newspapers of Mato Grosso do Sul (Brasil): *O Progresso*, during January and February, in 2005, when a series of news about de indigenous malnutrition in the south of Mato Grosso do Sul had prominence in the local and national media. The newspaper is edited in Dourados, MS and distributed in the region. The relevance of this proposal is that, in general, the society uses what is propagated in the media to formulate its concepts and to dialogue to the dialy facts. The survey of the meanings of the speech about the indigenous question on the newspaper can disclose how the societiu understand the indigenous question. These factors influence in the politic and social decisions held to the indigenous communities, located, generally, in areas of land conflict, as the region of Dourados.

**Key words:** malnutrition, media, indigenous question

### Introdução

Esse trabalho pretende trazer à discussão determinados aspectos das representações da questão indígena na imprensa, baseando-se no material jornalístico sobre a desnutrição de crianças indígenas da região Sul de Mato Grosso do Sul, local onde há representantes das etnias Guarani, Kaiowá e Terena. O fato teve destaque na mídia local e

---

\* Uniderp (Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal), de Dourados, MS.  
Mestranda pela UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados)

nacional, principalmente nos meses de janeiro a fevereiro de 2005. A fonte utilizada é o jornal *O Progresso*, editado em Dourados/MS e distribuído na região sul do Estado. A abordagem leva em consideração que os meios de comunicação são fundamentais na construção de representações e que analisá-las, de forma interdisciplinar, pode revelar como a sociedade constrói seus conceitos acerca da questão indígena. Tal concepção influencia nas decisões políticas e sociais voltadas para as comunidades indígenas, localizadas, em geral, em áreas de conflitos de terras, como na região de Dourados.

No dia 21 de janeiro de 2005, o jornal *O Progresso* trazia a manchete: “Fome mata crianças em aldeias”, junto com duas fotografias de crianças desnutridas. Essa foi uma das primeiras notícias sobre o assunto, que seria abordada em veículos como a Folha de São Paulo e o Jornal Nacional, da Rede Globo. Nos dois meses analisados, *O Progresso* produziu 82 materiais jornalísticos sobre a desnutrição na região de Dourados.



Figura 1 - Capa do jornal O Progresso, de 21 de janeiro de 2005.

Antes da análise desse material, é preciso discorrer sobre alguns aspectos fundamentais para a compreensão do tema do presente trabalho: a relevância do material jornalístico enquanto fonte histórica, o contexto em que se encontram os indígenas no sul de Mato Grosso do Sul, especialmente a história das reservas indígenas da região, um breve comentário sobre as características do periódico em questão (como foi implantado, a quem pertence e qual é seu público-alvo) e a situação política durante os dois meses analisados.

## Desenvolvimento

Na moderna historiografia, o conceito de documento e de fonte passa ter valor não pelo seu grau de fidelidade em relação ao real, mas sim em perceber as fontes em suas estruturas internas de linguagem e seus mecanismos de representação da realidade, a partir de seus códigos internos (PINSKY, 2005).

O jornalismo tem determinadas peculiaridades, que não devem ser confundidas com o fazer histórico. A decisão sobre o que é notícia se pauta, dentre outros fatores, pelo imediatismo:

*Procurando apresentar apenas novidades, o jornalismo acentua ou mesmo amplia o desconhecimento do fato noticiado. Ele deve apresentar a notícia como absolutamente inusitada, deve fazer com que mesmo o leitor informado sinta desconhecer o fato descrito, se surpreenda com ele [...]. (SERVA, 2001, p.123)*

Esse aspecto pode ser notado nas matérias analisadas sobre a desnutrição, em que a ênfase, primeiramente, recaiu sobre o fato, com a explicação mais abrangente sobre o que levou àquela situação sendo pouco explorada. Enquanto as mortes das crianças ocupavam as capas dos jornais, a questão sobre a má distribuição de terras foi tema de uma matéria somente 28 dias após a primeira reportagem.

A imprensa tem um valor cada vez mais recorrente enquanto fonte histórica, por ser uma forma de representação da realidade. Apoio-me no conceito de Chartier, que considera que “[...] não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações contraditórias e afrontadas pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao seu mundo (2002, p. 69)”. Assim, o discurso jornalístico pode ser considerado como um mediador da realidade, que deve ser tratado levando-se em consideração seu contexto de produção, e principalmente, sua finalidade:

*A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO, PRADO, p. 19, 1980)*

O conteúdo que compõe a linguagem jornalística pode revelar as representações simbólicas que o material traz e que são repassadas para o público com a aura de objetividade e imparcialidade que as pesquisas científicas têm o dever de questionar.

### **As reservas indígenas no Sul de MS**

No dia 18 de fevereiro, O *Progresso* trazia matéria sobre as declarações do prefeito de Dourados, Laerte Tetila, que disse que a CPI da Assembléia Legislativa de MS, criada para apurar a desnutrição, deveria levar em consideração a questão da terra. No texto que levava o título: “*CPI tem que apurar falta de terras*”, o prefeito dizia que “os índios vivem confinados e não têm condições de produzir nem para o próprio alimento” e também apontava uma série de programas que a prefeitura desenvolvia na Reserva Indígena de Dourados (OP, 18 fev. 2005).

A notícia gerou repercussões: no dia 21 de fevereiro, o jornal trazia uma reportagem especial sobre o confinamento nas aldeias, com foto-legenda na capa. . No dia 22, artigo do professor Dr. Jorge Eremites de Oliveira fora publicado na página de Opinião (OP, 22 fev, 2005). Assim, seguiu-se o artigo do professor Dr. Antônio Brand, no dia 23 (OP, 23 fev, 2005), nos dois os autores relacionaram o problema à questão da terra. No mesmo dia, o Sindicato Rural publicou um Informe Publicitário contestando a declaração do prefeito (OP, 23 fev, 2005). No dia 25, trechos do Informe foram identificados em uma entrevista de página inteira, no Caderno Rural. O veículo de comunicação não procurou representantes dos indígenas para contrapor as declarações do representante dos produtores.

No texto, o presidente do Sindicato, Gino Ferreira, associava os casos de desnutrição às ocupações de terras. “O que não podemos aceitar é a invasão de propriedades particulares, como se isso fosse resolver a questão social e econômica dos índios” (OP, 25 fev. 2005).

A situação indígena em 2005 não pode ser dissociada do panorama social e do longo processo histórico dos índios das etnias Guarani, Kaiowá e Terena. Para Oliveira, o transcurso dos povos indígenas na atual Mato Grosso do Sul teve início há mais de 11.000 anos, momento da chegada dos primeiros seres humanos na região:

*No início da era cristã, praticamente todos os ecossistemas então existentes no atual Mato Grosso do Sul estavam ocupados por vários indígenas, os quais transformaram a região em um verdadeiro mosaico sociocultural, uma área de confluência para onde se deslocaram populações de áreas adjacentes como Amazônia e Chaco” (OLIVEIRA, 2001, p. 119 e 120).*

Segundo Brand, os Guarani e Kaiowá se agrupavam em áreas de mata, ao longo de córregos e rios, em pequenos núcleos populacionais entre o rio Apa, Serra de Maracaju, os rios Brilhante, Ivinhema, Paraná e Iguatemi e a fronteira com o Paraguai:

*As primeiras frentes não-indígenas adentraram pelo território kaiowá e guarani, a partir da década de 1880, após a guerra do Paraguai, quando se instala na região a Companhia Matte Laranjeira. Esta Companhia, embora não questionasse a posse da terra ocupada pelos índios, nem fixasse colonos e desalojasse comunidades, definitivamente, das suas terras, foi, contudo, responsável pelo deslocamento de inúmeras famílias e núcleos populacionais, tendo em vista a colheita em novos e por vezes distantes ervais (BRAND, 2004, p. 139)*

Seguiu-se, nos final do século XIX e início do século XX, a instalação de fazendas de gado, que segundo o autor, não interferiram na estrutura social dos Guarani e Kaiowá. Entre 1915 e 1928, o Governo Federal, sob orientação do SPI, demarcou oito reservas indígenas ao sul do atual Estado de Mato Grosso do Sul.

Em 1943, o então Presidente da República, Getúlio Vargas, criou a CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados): “A instalação de colonos em território indígena provocou, de imediato, problemas diversos e graves, pois questionou a presença indígena e impôs sua transferência para outros espaços” (BRAND, 2004, p. 140).

Assim, a partir da década de 1950, dá-se início a ocupação da região sul do então Mato Grosso por fazendas e o conseqüente desmatamento do território onde viviam os Guarani e Kaiowá, que passaram a trabalhar de empregados nos empreendimentos agrícolas. A partir de 1970, a mecanização dispensa a mão-de-obra indígena e a monocultura de soja substitui “os restos de mata, capoeiras e campos” (BRAND, 2004, p. 140). Se antes os Guarani e Kaiowá mantinham intensa mobilidade territorial, estabelecendo-se temporariamente onde pudessem cultivar alimentos, pescar e caçar, hoje, essa característica itinerante está reduzida a mudanças entre Reservas com alta densidade demográfica, áreas de periferia das cidades e nas chamadas situações de corredor. Apesar do avanço do movimento indígena por demarcação de terra já ter conseguido triplicar em extensão o tamanho das reservas demarcadas pelo então SPI, o processo de perda territorial comprometeu seriamente o modo de vida dos Guarani e Kaiowá.

Apenas sete dos 82 materiais analisados apontaram a questão da terra. Em geral, as notícias sobre o assunto são publicadas como fatos isolados, sem relação com o processo histórico da comunidade indígena.

### **Nos caminhos de *O Progresso***

O jornal *O Progresso* foi o primeiro veículo a noticiar a situação das crianças indígenas, ineditismo citado em várias reportagens. No editorial do dia 2 de fevereiro, texto que expressa as idéias da direção da jornal, intitulado *Fome Indígena*, o redator cita que “o fato é que alguma coisa passou a ser feita depois das denúncias de *O Progresso*”, deixando evidente a crítica à falta de ações dos órgãos públicos, pois o editorial elogia a iniciativa da Funai – Fundação Nacional do Índio de enviar uma comissão para avaliar a situação.

O alinhamento político do jornal é claro desde a sua fundação, em 1951, por Weimar Gonçalves Torres, ativo militante político do Partido Social Democrático – PSD “[...] *O Progresso* surgiu exatamente no início do primeiro cargo eletivo de Weimar, o que sugere que suas pretensões com o jornal eram muito mais políticas e eleitorais do que financeiras ou jornalísticas” (SCHWENGBER, 2005, p. 47).

A época de fundação do jornal coincide com o período de instalação da CAND – Colônia Agrícola de Dourados, iniciado em 1943, e a conseqüente transferência dos indígenas para as Reservas Indígenas. Em 1969, Weimar morreu em um desastre aéreo, quando exercia o mandato de deputado federal. A direção do jornal passou para o seu sogro Vlademiro do Amaral, que veio para a região para atuar como agrimensor na demarcação da CAND. Vlademiro morreu em 1985 e sua filha Adiles, viúva de Weimar, que editava a coluna social, passou a dirigir o jornal, atividade que exerce até hoje. Segundo Schwengber, “[...] Adiles investiu na modernização do periódico, mas sem abandonar a ideologia construída na época de sua fundação [...]” (SCHWENGBER, 2005, p. 48).

Quanto à questão comercial, o jornal mantém contratos mensais com diversos órgãos públicos e instituições para a publicação de releases, textos enviados pelos órgãos e instituições, fato que se pode observar pela quantidade de matérias induzidas publicadas no período analisado: 19% eram releases. Atualmente, *O Progresso* tem uma tiragem que varia de 8 a 10 mil exemplares por dia, circula de segunda a sábado, em Dourados, segundo dados do periódico.

Como mencionado, a direção não se exime de emitir suas opiniões. No caso da desnutrição, a crítica recaía sobre o governo. A situação dos indígenas era utilizada para criticar os programas sociais do governo e os altos impostos, como mostra o editorial do dia 22/23 de janeiro, *Imagem da Fome*: “Ora, qual a vantagem de o governo comemorar tanto o aumento da arrecadação de impostos de impostos, se crianças continuam morrendo de fome?” (OP, 22,23 jan. 2005).

Outros segmentos da sociedade também utilizaram os casos de desnutrição para criticar o governo. É o caso do deputado federal Geraldo Resende, que publicou no dia 26/27 de fevereiro, release cobrando mudanças na coordenação da Funasa. A situação política nacional, no início de 2005, caracterizou-se pela comparação entre os dois primeiros anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva com o de Fernando Henrique Cardoso, seu antecessor na presidência da república.

### Análise do corpus

Durante os dois primeiros meses de 2005, a questão indígena foi tema de 141 textos, entre editoriais, artigos, charges, notas, reportagens, matérias induzidas, carta do leitor, foto-legendas, informes publicitários e manchetes de capa. Pode-se considerar uma incidência alta: média de 2,7 inserções por edição, durante 52 dias, soma dos dias analisados. Desse total, 59% foram sobre a desnutrição indígena, que ocuparam páginas de destaque no jornal: das 82 inserções, 43% foram manchetes de capa, algumas delas com fotos emblemáticas.

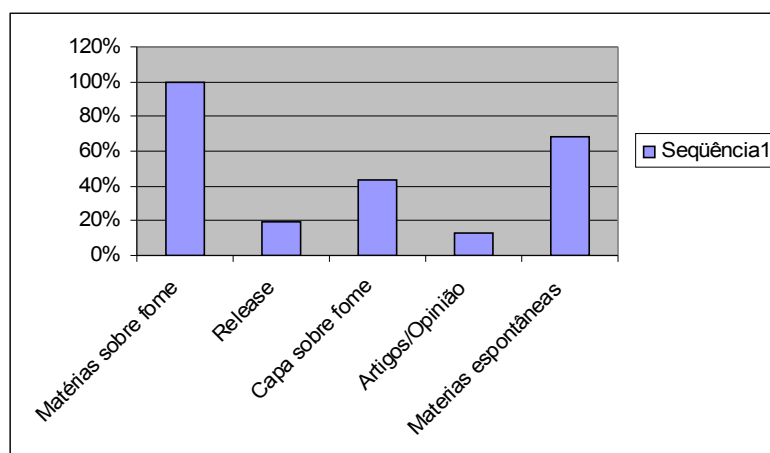


Figura 2 – Gráfico sobre estilos jornalísticos predominantes nas matérias sobre a desnutrição indígena

Apesar da grande recorrência da questão indígena no período verificado, dois pontos se destacaram na análise do material: o tratamento sobre a desnutrição das crianças indígenas como um fato fragmentado e a incidência da representação do índio como um indivíduo primitivo.

Um dos aspectos que evidencia a abordagem fragmentada da questão indígena é a ânsia em obter uma solução imediata para os casos de desnutrição. Pode-se notar essa pretensão em reportagens sobre as ações que os órgãos públicos tomaram depois que o assunto ganhou repercussão nacional. A primeira da série de reportagens com esse enfoque

foi veiculada no dia 25 de janeiro, em local privilegiado, página ímpar e com manchete na capa: *MPF vai apurar casos de fome em MS* (OP, 25 jan. 2005). No dia seguinte, a notícia *Zeca convoca reunião para tratar de questões indígenas*, também em local valorizado (p. 3, Política), citava a convocação do governador de Mato Grosso do Sul para uma reunião para identificar causas dos problemas sobre a desnutrição e a melhor maneira de resolvê-la. No editorial do mesmo dia, *Decisão Acertada*, a direção do jornal expressava seu contentamento com a iniciativa do Governador (OP, 25 jan. 2005).

A vinda de uma comissão da Funai – Fundação Nacional do Índio para Dourados gerou textos em que a ênfase recaía sobre a solução imediata. (OP, 01 fev. 2005). Verificou-se o mesmo aspecto em mais cinco matérias jornalísticas que discorreram sobre a conclusão do relatório da comissão da OAB (OP, 03 fev. 2005), a criação da CPI da desnutrição na Assembléia Legislativa (OP, 17 fev. 2005), sobre a CPI da Câmara de Vereadores (OP, 23 fev. 2005), sobre as ações emergenciais da Funasa (OP, 26,27 fev. 2005) e as cinco notícias sobre as mortes decorrentes de desnutrição. A primeira reportagem a respeito disso foi publicada no dia 10 de fevereiro e dividiu a capa da edição com as notícias sobre o Carnaval, fato que agrava ainda mais a descontextualização da desnutrição.

A concepção do índio como um indivíduo primitivo e silvícola transparece nas explicações sobre a causa da fome entre as crianças nas aldeias, em que cultura era apontada como um dos fatores da subnutrição. Após três dias da primeira matéria sobre a fome, em 24 de janeiro, a capa do jornal trazia uma foto de uma criança indígena de costas. Junto com a manchete e o texto, o assunto ocupava praticamente meia página da capa. No texto, a fonte jornalística, pessoa que oferece as informações para o repórter, apontava que fazia parte da “tradição indígena as mães alimentarem os filhos com pão e açúcar”. (OP, 24 jan. 2005).

No dia 26 de janeiro, também verificou-se a explicação calcada na cultura, na matéria intitulada *Zeca convoca reunião para tratar de questões indígenas*. Após falar sobre os números de cestas básicas distribuídas nas Reservas, o então governador de Mato Grosso do Sul, José Orcírio Miranda dos Santos sugere que o problema pode ter raízes culturais: “Sabemos que na cultura indígena, primeiro os adultos se alimentam e depois , se sobrar, as crianças” (OP, 26 jan. 2005).

Outra manifestação de preconceito aparece em uma enquete que o jornal realizou no dia 25 de fevereiro, na qual um engraxate, 53 anos, ao ser indagado sobre o que causa a desnutrição indígena, respondeu: “Faltam pessoas que ajudem o índio, pois a cultura dele é diferente da nossa, tem que ensinar o índio a trabalhar”(OP, 25 fev. 2005).

Como raramente os índios eram procurados para dar sua versão sobre o tema, um grupo de mães indígenas de Dourados publicou, no dia 2 de fevereiro, o informe *Não somos assim*:

*Nós mães indígenas de Dourados estamos indignadas com as reportagens que falam sobre nossos hábitos e de como tratamos nossos filhos. O que a enfermeira sabe sobre a nossa cultura para falar essa besteira (...) A causa da nossa miséria é culpa nossa? A causa da morte de nossos filhos é culpa nossa? Onde estão essas pessoas que se dizem entendidas de nossa cultura? Será que não se baseiam em suas práticas sociais e se espelham em nós? (OP, 02 fev. 2005)*

Quando se mencionavam os depoimentos indígenas, os repórteres, na maioria das matérias analisadas, citavam lideranças indígenas, sem apontar o nome das pessoas, o que ocorreu na matéria *Índigenas querem troca de comando* (OP, 27 jan, 2005) e no release publicado no dia 8 de fevereiro: *Índios reconhecem trabalho de Tetila*. A primeira declaração de um indígena sobre a desnutrição foi veiculada só onze dias após a primeira notícia sobre a fome nas aldeias: *Índios querem criação de coordenadoria* (OP, 02 fev. 2005), em um texto produzido pela assessoria de imprensa do governo do Estado.

Dar voz aos indígenas implicaria em deixar vir à discussão questões relativas à ocupação de terras, como se notou na matéria citada: A falta de terra também foi apontada por Regina como o principal problema dos índios na reserva de Dourados (aldeias Jaguapiru e Bororó), onde vivem 11.050 guarani, caiuí e terena em 3,6 mil hectares: “A terra é nossa mãe”.

## **Conclusão**

No *corpus* analisado, identifiquei que predomina o discurso fragmentado e preconceituoso sobre o indígena e que o conflito de interesses determina a construção dessas representações. Assim como em inúmeras sociedades indígenas, em Dourados, cidade cuja base da economia é a agricultura, o conflito por terras é latente e isso se reflete nas páginas do jornal O Progresso. O discurso dos indígenas preocupa as forças sociais dominantes, que detêm maior poder aquisitivo. Assim, representar a comunidade indígena em MS de forma descontextualizada foi o meio encontrado para enfraquecê-la.

## **Bibliografia**

BRAND, A. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. Rev. Tellus, Campo Grande, n. 6, p.137-149, abr. 2004

CAPELATO, M. H. & PRADO, M. L. *O bravo matutino (imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”)* São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CHARTIER, R. *A beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Trad. Patrícia C. Ranas. Porto Alegre: EDUFRGS, 2002

OLIVEIRA, J. E. *A história indígena em Mato Grosso do Sul, Brasil: dilemas e perspectivas*. Rev. Territórios e Fronteiras, Cuiabá, n.2, p.115-123, jul/dez. 2001.

PINSKY, C. B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

SCHWENGBER, I. de F. *Representações do MST na imprensa de Mato Grosso do Sul (1995 a 2000)*. Dissertação (Mestrado em História), UFMS, 2005

SERVA, L. *Jornalismo e desinformação*. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2001